



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2010

### ACTA

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

1.1 - Discussão e aprovação da acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município.  
(Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

#### **2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

2.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do n.º1, do art.º 53.º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2.2 – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2009;

2.3 – Aprovar a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação;

2.4 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Nelas;

2.5 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas e a alteração da Tabela de Taxas, de modo a incluir, na mesma, as taxas previstas neste Regulamento;

2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Transito do Município de Nelas;

2.7 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública;

2.8 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Cedência e Utilização das Viaturas de Transporte Colectivo do Município de Nelas;

2.9 – Aprovar a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas relativas à suspensão parcial do Plano Director Municipal;

2.10 – Aprovar a proposta de adesão do Município de Nelas à Associação de Municípios Portugueses do Vinho;

2.11 - Aprovar a alteração da Tabela de Taxas – Ocupação da Via Pública com estacionamento de veículos automóveis;

2.12 - Relatório de avaliação da actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas/2009 – Conhecimento;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito boa noite a todos. Vamos dar início a mais uma sessão ordinária desta Assembleia. Começo por cumprimentar a Senhora Presidente de Câmara, Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, os Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e o demais Público aqui presente.

Passo, de seguida, a palavra ao Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos, que irá fazer a chamada e o respectivo registo das faltas. Aproveito para informar que o Senhor Vice-Presidente da Câmara se encontra em Canas de Senhorim, em representação da Câmara, pelo que chegará mais tarde.

(A chamada foi feita pelo Segundo Secretário Senhor Manuel dos Santos)

O Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos:

- Temos, até ao momento, um total de 26 presenças e 4 faltas. Faltam os Senhores Presidente de Junta, Luís Manuel Abrantes Pinheiro (veio mais tarde) e os Senhores Membros da Assembleia Rui Manuel Simões Costa, Aires Manuel Antunes dos Santos (veio mais tarde) e António Manuel Ramos Nascimento Loureiro.

(Faltaram, efectivamente, os Senhores Membros da Assembleia Rui Manuel Simões Costa e António Manuel Ramos Nascimento Loureiro)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Segundo Secretário Manuel dos Santos. Dando continuidade à sessão, passamos ao ponto 1.1 - Discussão e aprovação da acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010.

Alguns dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra sobre este ponto? Uma vez que não, passamos à votação da mesma. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

No tocante ao ponto 1.2 - Leitura do Expediente, Como, habitualmente, vou escusar-me à leitura do mesmo. uma vez que foi enviado a todos os Senhores Membros da Assembleia.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Câmara Municipal de Nelas – Envio de fotocópia das actas das reuniões ordinárias de 09/02/2010; 23/02/2010; 09/03/2010; 30/03/2010; 13/04/2010;

- Mãos à Obra – Limpar Portugal – Requer autorização para participar na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de Fevereiro de 2010;

- CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas – Relatório de avaliação da actividade daquela Comissão, em 2009;

- Membro da Assembleia Jorge Manuel Tavares Abreu - Solicita justificação da falta dada à sessão ordinária de 11 de Dezembro de 2009;

- Membro da Assembleia Carla Maria de Almeida Pereira Francisco – Solicita justificação da falta dada à sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões – Envio de moções a dois Membros do Governo;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envio de Boletim ANMP, referente ao mês de Fevereiro de 2010;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Envio de Boletim ANMP, referente ao mês de Março de 2010;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Intempéries na Madeira - Apoio ao Município do Funchal;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses – Intempéries na Madeira – Apoio aos Municípios de Santa Cruz, Câmara de Lobos e Ribeira Brava;
- Assembleia Municipal de Seia – Envio de moção sobre as acessibilidades IC6, IC7 e IC37;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas – Encontro Distrital de Viseu – CPCJ's – Convite;
- Fax n.º 1518, datado de 12 de Março de 2010, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Acusa recepção de moção;
- Ofício n.º 05/10, datado de 02 de Março de 2010, do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, da Assembleia da República – Acusa recepção de moção;
- Ofício n.º 1906, datado de 15 de Março de 2010, do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro Ministro – Acusa recepção de moção;
- Delegação Distrital da ANAFRE, em Viseu – Movimento Solidário pela Madeira - Fundo de Reconstrução e Apoio Social – Juntas de Freguesia afectadas na Madeira;
- Exemplares do Jornal da Associação Portuguesa de Deficientes;
- Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, da Assembleia da República – Acusa recepção de moção;
- Gabinete do Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações – Acusa recepção de moção referente ao IC12 e IC37;
- Associação Desportiva e Cultura Lapense – Convite para estar presente no 33.º aniversário daquela Associação;
- Grupo Parlamentar “Os Verdes”, da Assembleia da República – Propostas de aditamento ao Orçamento de Estado para 2010 – PIDDAC;
- Canto e Encanto – Associação Cultural – Convite para assistir ao Concerto Aniversário daquela Associação;
- Exemplar da revista do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
- Exemplar do jornal Voz das Misericórdias;
- Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões – Convocatória de sessão ordinária, 26 de Abril de 2010, 18 h, Auditório do Balneário Termal Rainha D. Amélia - Termas de São Pedro do Sul;
- Ofício n.º 2314, datado de 20 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 04/10, datado de 01 de Março de 2010, enviado à Ex.m.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 26 de Fevereiro de 2010;

- Ofício n.º 05/10, datado de 02 de Março de 2010, enviado a Suas Ex.<sup>as</sup> os Senhores Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Presidentes dos Grupos Parlamentares, da Assembleia da República, do Partido Social Democrata, Partido Socialista, CDS-PP, Partido Comunista Português, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista “Os Verdes”, enviando, em anexo, a moção aprovada por esta Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, realizada em 26 de Fevereiro de 2010;

- Ofício n.º 06/10, datado de 15 de Abril de 2010, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para a sessão comemorativa do 25 de Abril;

- Ofício n.º 07/10, datado de 21 de Abril de 2010, enviado aos Senhores Membros da Assembleia, convocando-os para esta sessão da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passamos, de imediato, para o ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município - Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações e outros pontos.

Relativamente a este ponto, e atendendo que decorreu uma Assembleia Intermunicipal no dia 26 de Abril, queria informar os Senhores Membros da Assembleia que foi lá apresentada uma moção, à semelhança da que foi apresentada aqui nesta Assembleia sobre o IC37 e o IC12. Essa moção recolheu uma votação algo complexa, o que nos entristeceu. Mas sobre o que aconteceu irá falar, mais tarde, o Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhores Secretários,  
Senhora Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Membros da Assembleia Municipal,  
Estimado Público.

A minha intervenção será breve e prende-se com o que se passou na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal. Foi apresentada uma moção, idêntica àquela que foi apresentada nesta Assembleia, que deixava bem clara a posição de que estaríamos contra a colocação de portagens, no IC 12, entre os troços de Canas de Senhorim e Mangualde e a necessidade do IC 37; embora discutida, foi aprovada por maioria. O que nos causou muita estranheza, no decorrer dos trabalhos, foi o posicionamento político ou partidário que existiu e que se veio a comprovar com algumas orientações internas dos assuntos que estavam a ser discutidos. A moção foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votada favoravelmente pelos representantes do PSD e mereceu os votos contra do Partido Socialista.

Aquilo que mais estranheza nos causou, foi os representantes da Assembleia Municipal de Mangualde votarem contra esta moção. Tal posição levou-nos a intervir e pedir que fosse apresentada uma declaração de voto no sentido de ficarmos esclarecidos pelos representantes da Assembleia Municipal de Mangualde. Não compreendemos, de maneira nenhuma, como é que uma Assembleia que representa o povo de Mangualde, um dos Concelhos que será, caso estas portagens venham a ser colocadas, altamente penalizado, assuma uma posição que não defenda Mangualde. Tomaram uma posição de um Partido político em vez de uma posição que defenda os interesses do povo de Mangualde. Temos a certeza, que nenhuma pessoa de Mangualde, ou pelo menos, a maioria das pessoas de Mangualde não gostariam de ver este troço portajado. Não nos podemos esquecer que é neste Concelho que está uma empresa que, sendo uma das maiores empregadoras do Distrito, é apoiada por este Governo através de medidas de incentivo para que permaneça em Portugal. Como é que o Governo pretende, inexplicavelmente, colocar portagens nos troços que fazem a ligação entre o IP3 e a A25, vindo afectar os Concelhos de Nelas e de Mangualde?

Serei, sempre, uma voz crítica quanto à possível colocação destas portagens, enquanto representante da Assembleia da Comunidade Intermunicipal. Penso que, também, nesta Assembleia deveria ficar bem claro qual a posição dos Senhores Membros da Assembleia do Partido Socialista no que toca à posição do Governo. Fico com dúvidas depois daquilo que vi naquela Assembleia Intermunicipal, pois já existia um guião para que as pessoas votassem em função daquilo que era orientado por quem tinha alguma responsabilidade nos trabalhos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu. Devo acrescentar às suas palavras, que não foi só o PSD a votar favoravelmente, pois todas as outras forças políticas representadas naquela Assembleia, como o Bloco de Esquerda e o CDS/PP também votaram a favor da nossa moção. Penso que ficou plasmado aquilo que se passou na Assembleia da Comunidade Intermunicipal.

Mais algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra neste ponto? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges:

- Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhora Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Membros da Assembleia,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Exmo. Público.

Sobre este ponto, penso que o mesmo não tem muito interesse, para já, porque o IC12 vai ficar suspenso, segundo dizem os jornais; só irão transformar o IP3, de Viseu até Coimbra, em auto-estrada. Não há interesse em estarmos a debater as portagens do IC12, quando nem sequer está previsto, nestes próximos anos, a sua conclusão.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges. Este assunto foi, objectivamente, apresentado porque é dever das pessoas que representam o Concelho falarem sobre aquilo que se passa fora do mesmo e sobre o mesmo.

Dou, agora, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira:

- Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhora Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Membros da Assembleia,  
Estimado Público,  
Boa noite a todos.

Queria, apenas, dar conhecimento à Assembleia de que, na qualidade de Membro eleito por esta Assembleia para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM de Nelas, fui convocado para uma primeira reunião plenária desta Comissão que teve lugar no passado dia 28, na CCDR de Coimbra.

A reunião teve como Ordem de Trabalhos a apresentação, por parte da equipa de trabalho, constituída pela Câmara, da deliberação que determinou a revisão do PDM e a respectiva fundamentação, da metodologia de trabalho adoptada e a respectiva programação e a apresentação de estudos já elaborados. Constava, ainda, na Ordem de Trabalhos, a proposta no âmbito da avaliação ambiental e da informação a incluir no relatório ambiental e a indicação das entidades públicas com responsabilidades específicas a pronunciarem-se no âmbito desta revisão.

Ficou, desde já agendada para uma próxima reunião, a ter lugar no início de Junho, onde as entidades envolvidas na Comissão de Acompanhamento ficarão de emitir pareceres em relação a este documento. Serão, também, apresentados mais estudos e fundamentos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira. Aproveito para informar de que temos mais dois Membros desta Assembleia na sala, concretamente o Senhor Presidente da Junta de Canas de Senhorim Luís Pinheiro e o Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos. Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Rui Neves. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Neves:

- Em nome do Partido Socialista, quero dizer de que os Membros da Assembleia da Bancada do PS são contra a colocação de portagens no futuro troço do IC 12. Se isso algum dia acontecesse seria, extremamente, ridículo haver um trajecto entre Santa Comba Dão e Canas de Senhorim sem portagens e entre Canas de Senhorim e Mangualde com portagens. Penso, no entanto, que esta questão, como disse o Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges, não tem grande acuidade porque o IC12 continua por fazer. Inclusivamente, li no jornal de hoje, que é uma das obras que está a ser avaliada pelo Governo, o que significa que não vai avançar; é uma questão que, neste momento, não tem grande acuidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mas, de qualquer maneira, fica aqui a posição do Partido Socialista de Nelas que, se estivesse representado na Assembleia Intermunicipal, se tivesse sido eleito por vós um Membro da nossa Bancada, tomaria a posição que aqui nós tomámos. A posição dos Membros da Assembleia de Mangualde não nos diz respeito.

Queria dizer que este processo do IC12 é, de facto, um processo lamentável, com culpas de todos os Partidos, pois arrasta-se desde 1998, chegou a estar inscrito em PIDAC e continua por fazer. Depois inventaram um novo processo de o fazer, que é integrá-lo num grande projecto de auto-estradas do Centro que, pessoalmente e aqui é apenas a minha opinião pessoal, sou, absolutamente, contrário a todo esse processo, que só poderia acabar como está a acabar, ou seja, não avançar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Rui Neves. Passo, agora, a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Faça favor.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim Luís Pinheiro:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhora Presidente da Câmara,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Membros da Assembleia,  
Ilustres Colegas Presidentes de Junta,  
Exmo. Público presente.

Sobre as portagens, penso que estamos todos em sintonia e é bom que isso fique bem vincado, porque, efectivamente, iria ser um golpe duro nas nossas vias de comunicação. Devemos estar prontos para qualquer tipo de luta, se necessário for, e podem, também, contar comigo.

Como sabem, o projecto do IC 12 e do IC 37 está em estudo do impacto ambiental e gostava de deixar clara e vincada a posição da Freguesia de Canas de Senhorim. Com todo o respeito pela posição dos Senhores Membros desta Assembleia e do Executivo da Câmara Municipal, a população de Canas de Senhorim quer a solução que melhor serve o Concelho.

A solução 1 prevê um traçado do IC6, que deriva para o IC37, na zona de Paranhos, mais concretamente por Vale de Igreja, e irá passar perto da Borgstena, onde ficará um nó no traçado do IC12, para Nelas e para Canas de Senhorim. Penso que serve melhor Carvalhal Redondo, serve melhor Moreira, serve melhor Nelas e serve melhor Caldas da Felgueira. Acho que é uma mais-valia, neste Concelho, a estância termal das Caldas da Felgueira e acho que seria muito mau perdermos esse nó em detrimento da solução 2. Tanto a solução 1, como a solução 2 prevêm um nó em Santar: a solução 1, do lado de Moreira e a solução 2, do lado de Alcafache. A solução 2 prevê um nó junto às Carvalhas e prevê outro nó um pouco acima da Casa dos Cantoneiros e outro nó para os lados de Santar. Acho que seria um desperdício, não lutarmos pela solução 1, na minha humilde perspectiva, naturalmente.

A única coisa que queria deixar vincada é a posição da minha Assembleia de Freguesia, da minha Junta de Freguesia e das pessoas que têm falado comigo. Com todo o respeito pela solução que vier a ser tomada, quero deixar bem vincado que o IC37, na nossa perspectiva, beneficiaria bastante mais o Concelho e todas as nossas Freguesias,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque passaria por elas todas. Os nós de acesso seriam noutra lado, em detrimento do nó que só iria servir, como o estudo do impacto ambiental, as Termas de Alcafache. Penso que devemos olhar um pouco mais para nós.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Canas de Senhorim Luís Pinheiro. Uma vez que não tenho mais ninguém inscrito, dou, assim, por encerrado este ponto, mas antes queria perguntar ao público presente se algum dos Senhores pretende usar da palavra no Período reservado ao Público, uma vez que a partir daqui já não se poderão inscrever.

Uma vez que ninguém se inscreve, vamos, então, passar para o Período da Ordem do Dia e o ponto 2.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a actividade municipal, nos termos da alínea e), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do Art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tenho a honra de apresentar a V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup> a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como a sua situação financeira, desde 26 de Fevereiro último até hoje.

1) Assim, iniciaram-se os trabalhos de:

- Pavimentação de parques de estacionamento à entrada de Moreira;
  - Rede pluvial e calcetamento no Largo do Pelourinho, em Vilar Seco;
  - Águas pluviais na Rua Luís de Camões, em Nelas;
  - Requalificação do Quartel da GNR, em Nelas;
  - Reparação da estrutura da cobertura do Mercado Municipal de Nelas;
  - Arranjos exteriores no Novo Cemitério de Nelas;
  - Abastecimento de água bruta à firma Luso Finsa;
  - Arranjos diversos no Cine -Teatro de Nelas;
  - Ampliação de muro em granito na Quinta da Raposeira, em Canas de Senhorim;
  - Reconstrução de muro da Escola Primária do Folhadal;
  - Reconstrução de muro e passeio em Lapa do Lobo;
  - Requalificação dos balneários da nova feira de Carvalhal Redondo;
  - Pavimentação da área pedonal junto à Escola e Junta de Freguesia de Carvalhal Redondo;
  - Reposição de pavimentos interiores e caixilharias do edifício da Junta de Freguesia de Vilar Seco;
  - Remodelação da cozinha do Bar das Piscinas Municipais;
  - Limpeza/Manutenção da Estrada Canas de Senhorim/Caldas da Felgueira;
  - Requalificação da rotunda na Estrada Algerás – Carvalhal Redondo;
  - Requalificação do triângulo da Av.<sup>a</sup> António Joaquim Henriques, em Nelas.
- 2) Continuam em execução os trabalhos de:





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Construção de muros e colocação de argila nos passeios da Av.<sup>a</sup> dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim;
- Rede pluvial e rede eléctrica do Campo n.º 2, do Estádio Municipal de Nelas;
- Recuperação e ampliação da Capela do cemitério de Canas de Senhorim;
- Construção de muros de suporte na Ex-E.N. n.º 231, em Vilar Seco;
- Poda de árvores;
- Requalificação da Estufa da Quinta da Cerca;
- Monumento ao vinho, na Rotunda de Senhorim;
- Construção de muros para construção da rotunda de Moreira;
- Pavimentação de passeios na Av.<sup>a</sup> dos Bombeiros Voluntários, em Canas de Senhorim;
- Colocação da vedação do campo n.º 2 do Estádio Municipal de Nelas;
- Pintura de vários arruamentos e passadeiras em Nelas;
- Abertura de caminho de ligação ao Caminho da Adaúfa;
- Construção de passeios na Av.<sup>a</sup> 25 de Abril, em Santar;
- Requalificação da Praceta António Lúcio, em Santar;
- Alargamento do Caminho da Tapada, em Santar;
- Requalificação do Largo do Carvalhedeiro, em Carvalhal Redondo;
- Construção de passeios na Av.<sup>a</sup> Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;
- Construção de redes de esgotos, águas pluviais e passeios na saída de Carvalhal Redondo para Santar;
- Limpezas das Escolas do Concelho;
- Construção de adutora para reforço do abastecimento de água a Vilar Seco, Senhorim e Zona Industrial de Nelas;
- Alargamento do Caminho do Moledo, em Nelas;
- Construção do 3.º Campo do Complexo Desportivo de Nelas;
- Construção de infra-estruturas na Rua de Ligação das Finanças à Rua de Senhorim;
- Construção de infra-estruturas na ligação da E.N. n.º 234, à Radial da Urgeiriça;
- Construção de adutora desde o novo reservatório de Vilar Seco até à Zona Industrial e Complexo Desportivo;
- Alargamento e construção de caminhos agrícolas alternativos à rectificação da ex- E.N. n.º 231, em Vilar Seco;
- Requalificação do espaço em frente à sede do Rancho Folclórico “Rosas do Mondego”, em Vale de Madeiros;
- Movimento de terras na Variante de Nelas;
- Construção de passeios na entrada de Moreira;
- Pavimentação do acesso às Oficinas Municipais;
- Construção de reservatório de abastecimento público de água, em Vilar Seco;
- Abertura de poços na Variante da Aguieira;
- Drenagem das águas pluviais na Zona Industrial de Nelas;
- Abertura da ligação da E.N. n.º 234 à Radial da Urgeiriça;
- Terraplanagem na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;
- Abertura de arruamento na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;
- Construção de rede de águas pluviais na Zona Industrial n.º 1, em Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Construção da Variante à Aguieira;
  - Construção do arruamento do loteamento do Prado, em Vilar Seco;
  - Alargamento do Acesso à Igreja, em Senhorim;
  - Arranjo de passeios em várias ruas de Nelas;
  - Construção de arruamento na Zona Industrial de Nelas (Movecho);
  - Pavimentação de passeios no Areal, em Nelas;
  - Pintura de passadeiras em Nelas;
  - Quinta da Cerca - Construção da adutora de abastecimento de água potável;
  - Limpeza de bermas/taludes nas estradas municipais;
  - Electrificação das Oficinas Municipais;
  - Abertura da Rua de Acesso ao futuro Centro de Dia, em Vilar Seco;
  - Construção do Edifício Social dos Estaleiros Municipais;
  - Limpeza/alargamento de caminhos nas freguesias;
  - Manutenção e limpeza de fossas no concelho;
- 3) Concluíram-se os trabalhos de:
- Pintura exterior e interior do Tribunal de Nelas;
  - Vedação da área de jogo do Campo n.º 2, do Estádio Municipal de Nelas;
  - Pavimentação do acesso aos balneários do Campo n.º 2, do Estádio Municipal de Nelas;
- Rede de água nos Valinhos, em Canas de Senhorim;
  - Arranjos exteriores da Escola de Póvoa de Santo António;
  - Construção de acessos no espaço do Cristo-Rei, em Vilar Seco;
  - Ampliação da rede de água na estrada Aguieira - Pisão;
  - Pavimentação de passeios junto da empresa Faurécia;
  - Beneficiação da sede dos Escuteiros de Nelas, na Mata das Alminhas;
  - Construção de paragem de autocarros em Póvoa de Santo António;
  - Requalificação do Estádio de Canas de Senhorim (lavandaria e bancadas);
  - Limpeza do jardim dos Centros de Saúde de Nelas e Canas de Senhorim;
  - Limpeza e conservação de ruas em Canas de Senhorim;
  - Construção de passeios e rede de águas pluviais em Carvalhal Redondo à saída para Canas de Senhorim;
  - Plantação de árvores no Concelho;
  - Colocação e remodelação de abrigos de passageiros, em Nelas;
  - Beneficiação da rotunda da Vinha, em Nelas;
- 4) Informação financeira:
- Informe V<sup>as</sup>. Ex<sup>as</sup>. que em 31 de Março de 2010:
- As disponibilidades existentes na Tesouraria da Câmara Municipal totalizavam 252.185,13 euros;
  - As dívidas a fornecedores existentes eram na quantia de 4.500.954,34 euros, estando por pagar facturas de fornecedores desde o mês de Agosto de 2008;
  - As dívidas a Empreiteiros eram na quantia de 2.143.277,59 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Dou a palavra, de imediato, à Senhora Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro.

A Senhora Presidente da Câmara Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro:

- Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Presidentes de Junta,  
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia,  
Caro Público.

Neste período de grande instabilidade dos mercados financeiros e da forte ofensiva à dívida pública nacional há que reconhecer a necessidade de unir esforços a bem do País, sem partidarização.

É claro que todos nós somos compreensivos e solidários com este esforço nacional de combate à crise, mas o que não admitimos é continuar a ser excluídos das decisões dos benefícios e dos investimentos que o Governo só canaliza para o litoral.

Ainda hoje de manhã, na inauguração por volta das onze da manhã, em Tábua, de um troço do IC6, tive a possibilidade de reafirmar e de defender, junto do Senhor Secretário de Estado e do Senhor Ministro das Obras Públicas a necessidade da construção do IC37, eterna promessa que nós não queremos ver, mais um vez, adiada e que queremos que, de uma vez por todas, passe a ser uma das vias estruturantes da nossa região, quer ao nível económico, quer ao nível da segurança rodoviária.

Devo dizer que, a este nível, temos um grande aliado, que está do nosso lado e que tem feito as pressões que pode falar do Senhor Secretário de Estado Paulo Campos. Ele é uma pessoa que tem reconhecido a prioridade destas vias para o Interior; reconhece que o Plano Rodoviário Nacional tem uma baixa execução ao nível do Interior, onde há uma elevada sinistralidade. Prometeu, mais uma vez, ajudar-nos e, como digo, há aqui qualquer coisa que não está bem porque hoje, quer no discurso do Senhor Ministro, quer no discurso do Senhor Secretário de Estado, a prioridade para o Interior e a prioridade deste conjunto de vias, IC6, IC7 e IC37, bem como o IC12, não foram postas em causa. Depois, o Senhor Ministro das Finanças tem outro tipo de discurso. Espero é que se entendam mas que, no fundo, seja o Interior a ganhar e seja, de uma vez por todas, este assunto esclarecido.

De qualquer modo, mais uma vez, devo dizer que penso que o apoio que nos está a ser dado pelo Senhor Secretário de Estado pode ser decisivo, nestas duas questões. Quer eu, quer os outros Presidentes de Câmara, viemos esperançados que, de uma vez por todas, se decida a execução destas acessibilidades, tão necessárias para a nossa Região. De qualquer modo, penso que não pode ser sempre o Interior a pagar a factura da crise.

Queria, tal como já o disse, agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o facto de ter apresentado esta moção onde é reclamada justiça para o nosso Concelho. Felizmente, foi votada pela grande maioria das pessoas e em relação a Mangualde, eles lá sabem o alinhamento que decidiram. Interessa-nos que todas as vozes não são demais para pressionarmos os nossos decisores políticos para a urgência que o Interior tem para este tipo de acessibilidades. E é com esse sentido de justiça que encaramos a segurança das pessoas e dos seus bens, implementando uma política municipal de protecção civil e segurança que garanta o bem-estar da nossa Comunidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segurança é um dever do Estado e um Direito das populações e é com alguma apreensão que temos assistido à degradação das instalações das forças de segurança no Concelho, sem que nada se faça para as melhorar. Investimos na construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Nelas, na requalificação do Quartel da GNR de Canas de Senhorim e, neste momento, para conhecimento desta Assembleia, estamos a realizar uma profunda remodelação no quartel da GNR de Nelas, que ficará com todas as condições para acolher com dignidade os seus agentes de segurança, sejam eles mulheres ou homens. Penso que neste momento já temos uma mulher como mais um agente e espero que cheguem mais. É um investimento de cerca de 100 mil euros e esperamos que o Governo reconheça este trabalho e coloque mais agentes efectivos no nosso Concelho.

Outro dever, mas que é da nossa competência e da nossa responsabilidade, prende-se com a rede de abastecimento de água e saneamento básico do nosso Concelho. É com enorme satisfação que hoje posso garantir que, finalmente, temos aprovada uma estratégia sustentada, séria e credível para os próximos trinta anos e que, como sabem, já foi apresentada aqui nesta Assembleia. Anuncio hoje, que o nosso Plano Estratégico foi reconhecido e foi aprovado, quer pelos técnicos do INAG, quer pela tutela.

Há uma candidatura, já realizada em Dezembro de 2009, de mais de 2 Milhões de Euros para Saneamento em Santar e Vilar Seco, os reservatórios de água de Algeraz e Urgeiriça e a 3.<sup>a</sup> ETAR de Nelas e que tem já condições de ser aprovada de imediato.

Quero recordar, também, nesta área, o investimento de cerca de 400 mil euros realizado na construção do reservatório em Vilar Seco com capacidade de armazenamento de 750 m<sup>3</sup>. A par deste investimento, criou-se um ramal, já na Zona Industrial e que pode criar mais uma fonte de receita para o Município. Devo dizer que, neste momento, a Luso Finsa está já a ser abastecida através deste ramal da Zona Industrial.

Não posso também deixar de mencionar que ao nível da execução do QREN, através da contratualização com a CIMRL, somos um Município cumpridor e, fruto desse cumprimento, vamos beneficiar do acesso ao aumento das participações FEDER nos projectos da Variante e do Centro escolar de Nelas em mais 10% do valor elegível. É com este empenho e com esta dedicação que queremos continuar a defender melhores soluções para a nossa terra. Porém, é importante, também, o empenho responsável de todos. Lamentamos a política panfletária e alcoviteira, mas tal como no último mandato, para nós o futuro do Concelho e as pessoas estarão sempre primeiro.

Aproveito, também esta oportunidade para convidar todos os presentes a associarem-se a nós na cerimónia da abertura dos Décimos Jogos Desportivos de Nelas que vai ter lugar este ano, excepcionalmente, nesta sala e que será no Domingo, pelas quinze horas e trinta minutos. Era interessante que estivéssemos todos já que se trata de uma data que devemos celebrar, pois é o décimo aniversário destes jogos. Como sabem, estes jogos demonstram, essencialmente, o grande dinamismo das nossas Associações, das nossas Colectividades e são, também, uma homenagem a todos os Dirigentes associativos que, em parceria com a Câmara ajudam, principalmente, os nossos jovens, a criar valores, a criar fair-play e competição saudável no desporto e na vida.

Muito obrigado pela vossa atenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Presidente da Câmara. Algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra neste ponto?

Uma vez que não, passamos, de seguida, para o ponto 2.2 – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2009.

Neste ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:

- Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhores Secretários,  
Exma. Senhora Presidente da Câmara,  
Exmos. Senhores Vereadores,  
Exmos. e Caríssimos Senhores Membros da Assembleia,  
Exmo. Público,  
Senhoras, Senhores,  
Muito boa noite a todos.

Sobre o ponto 2.2 importa-me referir alguns pormenores. Os documentos, a que esse ponto se refere, representam as contas apresentadas pela Câmara, para apreciação desta Assembleia e, naturalmente, mereceram a nossa maior atenção. Tratam-se dos documentos de análise de gestão dos dinheiros públicos que foram colocados à disposição deste Executivo e, também, para a estratégia de administração dos bens do Concelho.

Pela análise que fiz aos documentos de balanço e de resultados sinto-me preocupado. Analisei, primeiro, os documentos como um cidadão normal, eleitor, a quem, por vezes a complexidade dos números, por desconhecimento de contabilidade, podem provocar alguma confusão, daí que começaria com alguns apontamentos sobre o relatório de gestão.

Pelas primeiras páginas do propalado relatório de gestão, enquanto arauto de modos de bem-fazer, ficámos, desde logo, a saber que o que poderíamos esperar deste documento era uma manta de retalhos. Está muito longe de ser um documento de referência, ou seja, um documento suficiente para tirar conclusões sobre os actos de gestão do Executivo. Por actos de gestão, entenda-se, poderá ser a criação de um Gabinete para um atendimento específico que se sente falta na comunidade.

O relatório inicia-se com duas páginas e meia sobre produtos de gestão fornecidos por um desses gabinetes em que acaba por referir que, no mês mais fraco, esse Gabinete atendeu nove pessoas e no melhor mês, sessenta e uma, com uma média inferior a vinte pessoas, mais ou menos, um por dia. Não está em causa o Gabinete, pois apreciamos a sua necessidade, mas a possibilidade de ele prestar valor; o primeiro exemplo que caracteriza este relatório de gestão. É um documento que está melhor conseguido do ponto de vista de apresentação e até de escrita do que o do ano anterior, mas o seu conteúdo não é relevante para que se possa fazer uma análise.

Trata-se de um documento que, basicamente, enquanto documento de relatório de gestão, deve ser um documento simples, deve ser um documento rigoroso, com





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

poucas páginas, para que se possa ler rapidamente e não atinge esse objectivo. Está extenso, não tem interesse de gestão e funciona, apenas, com efeitos propagandísticos e não mais do que isso. Está com falta de rigor, porque são enunciadas obras que vão para além do ano de 2009, referem-se umas, começaram outras antes e outras que, por exemplo, ainda não estão terminadas e que já estão referidas naquele documento. No final, faz uma breve apreciação das contas que não dispensa, de modo algum, pela sua superficialidade, a análise correcta dos documentos contabilísticos e, por isso, passei aos documentos contabilísticos e analisei em primeiro lugar a demonstração de resultados.

O resultado líquido deste Exercício, que é um prejuízo de quatro milhões e sessenta e três mil euros, aumentou 70% em relação a 2008. O ano 2008 apresentou dois milhões e quatrocentos mil euros, estou a falar em números, mais ou menos, redondos. Mas se fossemos ao ano de 2007, tenho aqui qualquer coisa como um milhão quatrocentos e quarenta mil euros, ou seja, um aumento que quase que triplicou. Em termos contabilísticos, costumamos dizer que só foram efectuados investimentos não reprodutivos, isto é, gastou-se mais do que se recebeu; logo as contas são negativas porque não houve produção nos investimentos. A contabilização dos prejuízos, naturalmente que tem como efeito a degradação do valor do património municipal porque é a ele que a conta tem de ser associada e neste ano, de 2009, essa degradação foi de 10%. Por outras palavras, tentando falar em linguagem menos técnica, o património, ou seja, os edifícios e as viaturas, por exemplo, valiam, em 2008, cerca de quarenta e quatro milhões de euros e em 31 de Dezembro de 2009 valiam quarenta milhões trezentos e sessenta e um euros. Isto preocupa-nos porque a este ritmo de resultados negativos, poderemos estar a chegar a uma situação de falência técnica em poucos anos.

Quanto ao Balanço, ressalta que há um aumento das dívidas, em relação ao ano anterior superior, de 75%. O total do passivo, neste momento, é de onze milhões novecentos e quarenta e quatro mil euros. Mas se formos mais atrás, e compararmos com o final do mandato de 2005, verificamos que o aumento foi superior a 100%, já que nessa altura era de cinco milhões e novecentos e cinquenta mil euros.

A grande diferença, neste comparativo, é a de que no pretérito ano de 2005, em fim de um regime, existiam com Caixa e Bancos, um activo de, precisamente, quinhentos e noventa e oito mil euros e do relatório de contas deste ano temos, apenas, duzentos e setenta e oito mil euros.

No endividamento Bancário temos quatro milhões e setenta mil euros devidos a empréstimos contraídos e utilizados. Em 2009, só em empréstimos contraídos são dois milhões oitocentos e quarenta mil euros, que não podem, em boa fé, ser alegados resquícios do passado para este valor de dívida.

As dívidas a terceiros, de curto prazo, basicamente a Fornecedores e Empreiteiros são, segundo as contas que V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> nos apresentam, de seis milhões setecentos e quarenta e dois mil euros. Inclui-se, neste montante, uma dívida de contracção de empréstimo de curto prazo de setecentos e vinte e três mil euros.

No mapa de endividamento, o saldo apresenta um endividamento Bancário, para empréstimos, de quatro milhões setecentos e noventa e cinco mil euros. Não entendo porque é que aparece uma verba de juros de mora de oito mil trezentos e vinte



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros, relativo, ainda, a um primeiro empréstimo contraído no tempo da gestão do PS. Será por causa de algum erro contabilístico que possa ter acontecido?

Quanto à execução do orçamento e às receitas, verificámos, efectivamente, que há uma boa execução orçamental, isto é 94%, que é maior do que a do ano passado em 6,5%. Há a destacar, claramente, as transferências correntes provenientes do Governo em que são todas executadas de uma forma superior a 100%, mais 9% do que em 2008, e representam mais três milhões oitocentos e vinte e quatro mil euros de transferências.

Só de protocolos com o Ministério da Educação, a Câmara recebeu cerca de quatrocentos mil euros no ano de 2009 segundo as contas que V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup> nos apresentam. O outro grande grupo das receitas correntes, ou sejam, os impostos directos aumentaram 16%; houve um aumento significativo de 5% para o IMI, 14% para o IUC, 87% para o IMT e apenas a derrama tem uma quebra de 6%. Regista-se um total de impostos directos de dois milhões de euros. Quer pela via das transferências, quer pela via dos impostos directos, o Executivo não se poderá queixar da conjuntura porque não tem influência negativa nas contas de 2009.

Nas receitas de capital, as transferências do Estado têm, também, um grau de execução apreciável, concretamente 90%, apenas com uma falha significativa em relação ao PO Centro e também, como já referimos noutra sessão, fruto de um erro de orçamentação exagerada neste caso. O que falha na execução orçamental desta receita, são as receitas previstas com a Venda de Bens de Investimento, cuja execução se ficou pelos 5%, ou seja, apenas se realizaram cento e vinte e três mil euros dos dois milhões cento e sessenta e três mil euros, previstos, nomeadamente com a venda de terrenos e habitações. Este é, realmente, um erro reincidente que apenas tem como intenção a sobre-orçamentação, dado que, só aqui, estão dois milhões de euros de sobre-orçamentação. Estas são, certamente, as rubricas que melhor expressam as políticas erradas de sobre-orçamentação, que o PS criticou e foi chamando à atenção, uma vez que com estas receitas virtuais é possível mascarar despesas e promover custos que, por falta de meios de pagamento, dão origem ao agravamento da dívida, como já, anteriormente, tínhamos referido.

Para terminar, queria referir que, não obstante o aumento de 73%, em relação a 2008, o montante das despesas de capital é positivo, pois aumentaram de dois milhões e quatrocentos mil e sessenta e três euros para quatro milhões e duzentos mil euros. Explica-se pela realização de obras antes das eleições mas a sua proporção é baixa em relação às despesas totais, é apenas 34%, e as despesas correntes representam 66% do total das despesas. As despesas correntes aumentaram quinhentos mil euros, mais 6%, isto é, ficaram em oito milhões duzentos e setenta e um mil euros. Este rácio de 34, 66, anda longe do equilíbrio mínimo recomendável dos 40, 60, que em Gestão nos ensinam como o equilíbrio recomendável entre as despesas correntes e as despesas gerais.

Antecipando eventuais desculpas com a impossibilidade de repartir os custos de mão-de-obra e que, também, já nos foram referidos em sessões anteriores, podemos dizer que lamentamos que a contabilidade analítica ainda não esteja implementada.

Como nota final, e a exemplo do que fiz no ano passado, queria-me referir ao aumento das despesas de comunicações, pois gastaram-se cento e dois mil euros. É um montante muito elevado e corresponde a um gasto diário na ordem dos quatrocentos e catorze euros.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Dou, de seguida, a palavra ao Senhor Vereador Osvaldo Seixas. Faça o favor.

O Senhor Vereador Osvaldo Seixas:

Muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhora Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Membros da Assembleia,

Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia,

Público presente.

Vou começar por esclarecer o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho sobre os temas mais técnicos que colocou.

Quanto aos juros de mora, não sei, sinceramente, o que é que se passa sobre o valor de oito mil e poucos euros; presumo que seja, eventualmente, algum erro de classificação. Quanto à questão da dívida a curto prazo a Bancos, se reparar no anexo da demonstração de resultados, está lá uma nota que esclarece isso claramente; o valor é considerado de curto prazo porque foi pago durante o ano.

No balanço aparece como dívida de médio e longo prazo sobre tudo aquilo que é pagável no ano de dois mil e dez em diante e de curto prazo o que é para pagar durante o ano de dois mil e dez. Quanto ao resto, basicamente, corresponde ao seu discurso dos anos anteriores.

Deixe-me dizer-lhe que não concordo quando diz que o relatório de gestão é uma manta de retalhos e que devia ter poucas páginas. Acho que o relatório de gestão é um documento essencial porque é aquele que as pessoas utilizam para de informarem. Quem não sabe de números, como aqui disse, e a maior parte dos cidadãos não sabe de números, olha para aquilo e vê o que é que a Câmara fez. Não é só o Gabinete de Apoio ao Emigrante que é um mau exemplo. O Gabinete de Apoio ao Emigrante trabalha em conjunto com o PAC, que é o Posto de Atendimento ao Cidadão. É um Gabinete que tem muito trabalho, que tem várias pessoas envolvidas e prestam um ótimo serviço. Impede que as pessoas tenham de se deslocar muitas vezes a Viseu ou a Seia, recorrendo a alguns serviços, nomeadamente aos da EDP; é essencial para a população.

Mas se o Senhor Membro da Assembleia verificar, esse relatório de gestão tem lá escrito quantas pessoas é que a Câmara apoiou em termos sociais e quais foram as actividades que foram tratadas em termos culturais, recreativos e desportivos. Nesse relatório está, também, mencionado quais as obras que se fizeram durante o último ano. Quero-lhe dizer de que os exercícios não são estanques, isto é, pode uma obra que foi iniciada em Dezembro de 2009 ser indicada como começada em Janeiro deste ano.

Deixe-me dizer-lhe, quanto a este relatório de gestão, que nunca fui Membro da Assembleia Municipal, mas via os documentos antes de eles chegarem à Câmara. Os documentos constituíam um molho de folhas, com números, quadros e mapas, sendo ininteligíveis para a maior parte das pessoas. Nós, no primeiro ano, apresentámos um relatório de gestão que eram duas folhas, revelando alguma inexperiência. No ano seguinte pedimos um relatório de gestão e trazia quinze folhas; no último ano trazia vinte e seis folhas e o deste ano traz quase cinquenta folhas. Estes relatórios são feitos pelos Serviços e não escrevo, sinceramente, neles uma única linha. Peço a cada um dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Chefes de Serviços os seus relatórios que são, directamente, enviados para a Contabilidade e, depois, são compilados num documento único que nos é entregue.

Falou, a seguir, do resultado líquido. Não vejo mal nenhum de que a Câmara tenha prejuízos todos os anos, pois não conheço nenhuma Câmara que tenha o lucro como objectivo. Sobre a questão dos investimentos não reprodutivos de que falou, a menos que vamos aqui aplicar a todos os investimentos da Câmara o princípio de utilizador/ pagador, ou seja, chegaríamos a qualquer estrada que a Câmara execute e aplicava-se uma portagem. A Câmara se requalificar uma fonte, não pode pedir às pessoas, que lá forem buscar água, que paguem uma taxa ou se requalificar um passeio, não pode cobrar uma taxa ao cidadão que o utilizar. Não conheço nenhum investimento da Câmara Municipal de Nelas, nos últimos trinta anos, que se pague a ele próprio. O único investimento que estará mais próximo de o conseguir, eventualmente, neste momento, são as Piscinas Municipais; mas, ainda assim, estão longe de se pagarem a si próprias.

Sobre a questão das amortizações do imobilizado, deixe-me dizer-lhe de que o resultado líquido que aqui anunciou corresponde à verdade, embora se não houvesse amortizações seria de setecentos e cinquenta mil euros. Resulta de um estratagema usado, durante muitos anos, pelo Partido Socialista enquanto foi poder na Câmara Municipal de Nelas. Para apresentarem lucro, as obras nunca eram dadas como concluídas e nunca eram amortizadas; ficavam as imobilizações em curso e não havia prejuízos. Como o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho sabe, isto é verdade e aconteceu durante anos. Deixe-me dizer-lhe que, sobre a contabilidade analítica, nós temos, neste momento, já aprovado um projecto, no âmbito do QREN, de modernização administrativa e que inclui a implementação da contabilidade analítica na Câmara Municipal de Nelas, ou seja, vai passar a ser uma realidade. Mas quando nós chegámos à Câmara já o sistema era obrigatório e não estava implementado. Aliás, faz parte do relatório de uma auditoria do IGAL à Câmara Municipal de Nelas que dizia, não sei textualmente, mas dizia algo do género: “A Câmara é obrigada a ter o sistema de controlo interno”. Mas as pessoas que estão na Câmara, neste momento, têm o sistema de controlo interno em início de implementação e, como tal, afasta-se a sanção; isto é verdade e está, neste momento, em vigor, pois já foi aprovado aqui na Assembleia Municipal, como é do seu conhecimento.

Para haver amortizações de todos os bens era preciso estarem inventariados e o inventário, quando chegámos à Câmara, estava feito há dois anos, mas os bens não estavam a ser amortizados, de acordo com o POCAL. É preciso dizer que o inventário, embora já concluído, nunca foi à Assembleia Municipal. Porquê? Porque o poder político não queria. E não queria, porquê? Porque quando fosse aprovado o inventário tinha que ter amortizações a seguir. Não lhe mudámos uma linha, apenas acrescentámos obras que foram feitas desde 2004 e aprovámos o inventário e, logo a seguir, começámos a amortizar. No primeiro ano, houve aqui prejuízo já que as amortizações tinham um valor elevado porque fizemos amortizações de todos os anos anteriores.

Naturalmente que, como já disse, não me preocupa muito a questão do prejuízo, mas preocupa-me muito quando se diz que a Câmara está a perder capitais e a perder valor. Quero-lhe dizer de que as obras de manutenção dos edifícios da Câmara são despesas correntes, mas são feitas e eles não estão a cair.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Mercado Municipal estava em mau estado, tal como o Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira alertou, na última Assembleia Municipal, mas foi feita uma intervenção para não cair. O Quartel da GNR é outro dos exemplos; a sua manutenção é uma despesa corrente.

Na teoria da economia pública há duas fases; uma fase de investimento e uma fase de manutenção. Esta fase de manutenção tem mais despesas correntes do que a primeira, que é uma fase de investimento, tem mais despesas de capital porque é assim mesmo, mais investimento para fazer obras e a segunda fase tem mais despesas correntes porque tem mais manutenção.

Desde que nós estamos na Câmara as Piscinas Municipais já tiveram que ser reparadas, pois perdiam cerca de dezasseis mil litros de água por dia, e o telhado foi, também, reparado porque chovia lá dentro como na rua. O Pavilhão Desportivo Municipal vai ser agora alvo de uma intervenção porque chove lá como na rua. O lago, na Praça do Município, perdia seis mil litros de água por dia. Estes são alguns dos muitos casos que representam despesas correntes.

Deixe-me dizer-lhe, quanto às transferências correntes do Governo, mal feito fora se não houvesse uma execução de 100%. Tem execução de 100%, obviamente, porque dizem as regras de elaboração de orçamentos que o orçamento é elaborado com as despesas correntes que nos são informadas pelo Governo. Este envia um ofício, no final de Novembro ou no princípio de Dezembro, para a Câmara, informando o montante das transferências correntes do Governo. Nós colocamos, exactamente, esse valor no Orçamento e por isso a execução é de 100%.

Este ano, inclusive, já tínhamos elaborado o Orçamento para ser apresentado em reunião de Câmara, e tivemos de o alterar porque as despesas correntes que nos informaram do Governo foram diferentes daquilo que tínhamos, inicialmente, previsto. Alterámos os documentos e demos conhecimento aos Senhores Vereadores, como se impunha.

Falemos, agora, dos impostos. O IMT sofreu um aumento porque houve bons negócios, felizmente, no Concelho de Nelas. Houve umas transmissões grandes e, também, há aqui um factor importante, porque no ano anterior tivemos três meses sem receber IMT já que o Governo o reteve, embora não nos fosse dada qualquer explicação. No entanto os prazos de transferência estavam a ser cumpridos, já que em Janeiro e em Fevereiro registaram-se transferências maiores.

Quanto à questão do PO Centro, diz-nos que foi por erros de orçamentação, que não houve cumprimento. Deixe-me dizer-lhe que, enquanto Membro do Conselho Directivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, que é a entidade que gere o PO Centro, para a nossa Região Dão Lafões, tivemos de comunicar à empresa que está a construir a Escola de Nelas que não havia dinheiro. O que nos dizem da CCDR, como entidade de gestão do PO Centro, é que ainda não há dinheiro e como tal, se desenvolverem a obra será à vossa conta porque a Câmara só vai pagar aquilo que lhe compete. A partir daí a empresa começou por cumprir o caderno de encargos e fizeram-no muito bem. O mesmo acontece com a Variante, pois o seu concurso foi lançado, a obra está adjudicada, mas estamos a cumprir os prazos até ao limite. A lei diz que são sessenta dias para notificar o empreiteiro, nós notificamo-lo no último dia do prazo, mas não vamos dizer ao empreiteiro para avançar com a obra. A questão não é de orçamentação, e se for, não é da nossa responsabilidade.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Senhora Presidente já aqui referiu, também, as participações que eram na ordem dos 65 a 70%, passaram para 80% para as Câmaras que tenham, durante o ano de 2010, adjudicado as obras a que se comprometeram no ano anterior. Isto quer dizer, basicamente, o quê? Que nós nos comprometemos a adjudicar, durante o ano de 2010, ou a ter em curso no ano de 2010 e anteriores, o Centro Educativo de Nelas e a Variante. Iremos ter direito a esse benefício que, supostamente, acabará em 31 de Dezembro de 2010. Se assim não acontecer será uma asneira para todas as Câmaras que cumpriram; houve Câmaras que se comprometeram a fazer obras durante este ano e não as puseram, ainda, a concurso. Uma obra de um milhão, ou de um milhão e meio de euros, que ainda não foi a concurso, já não irá ser este ano, porque os concursos demoram cinco ou seis meses e já não teremos tempo para conseguir adjudicar ainda este ano.

Quanto ao protocolo com o Ministério da Educação, em que recebemos quatrocentos mil euros, é um facto, antes não os tivéssemos recebido. Foi uma competência que recebemos, que nos foi imposta, porque se fosse por livre vontade nós não a teríamos aceite; provavelmente, porque o Governo teria de assumir o compromisso junto dos Encarregados de Educação e dos Alunos. Deixe-me dizer-lhe que quanto à questão das Escolas Secundárias e das C+S que entrarão, em princípio, para as Câmaras, nós não aceitámos ainda, porque, não sendo obrigatório, aquilo que nos querem dar não corresponde às despesas que iremos ter.

Se o Senhor Membro da Assembleia verificar, existem despesas com a educação, no ano passado, no montante de oitocentos e cinquenta e seis mil euros e recebemos, apenas, quatrocentos mil euros. Os alunos têm que fazer refeições na Escola; hoje em dia, não há nenhum Aluno que queira almoçar na Escola e não o possa fazer com dignidade. Também não há nenhum aluno, no Concelho de Nelas, que precise de transporte de casa para a Escola e não o tenha. Não há nenhum aluno que queira ter Inglês, Desporto ou Expressões Artísticas e não o tenha, pois nós damos esses serviços.

Deveríamos receber do Estado, segundo as regras das transferências de competências, a justa compensação e não a recebemos. O acordo foi celebrado com a Associação Nacional de Municípios, salvaguardando, desde já, a questão das C+S's que agora também as querem transferir para nós. Só aceitaremos as competências da gestão do pessoal quando nos garantirem as transferências de verbas adequadas; não queremos mais dinheiro do que é necessário para a normal funcionalidade.

Por último, deixe-me dizer-lhe que fico muito feliz por reconhecer que houve obras no ano passado. O ano passado foi um ano de eleições, naturalmente atípico, mas o último mandato foi, para a Câmara Municipal de Nelas, complicado. O Município de Nelas tinha, para a Câmara anterior, sete Freguesias e, para nós, passou a ter nove Freguesias. O Chefe de Divisão das Obras da Câmara Municipal de Nelas diz que nunca foi, durante quatro anos, à Freguesia de Senhorim. O nosso Concelho passou a ter nove Freguesias e fizemos obras em todas elas. Os Senhores Presidentes de Junta, que foram todos reeleitos, à excepção do da Aguireira, pois não se recandidatou, são testemunhas das obras executadas e que eram precisas para o povo. As pessoas tanto gostaram das obras que nos reelegeram com a maioria que foi reconhecida por todos.

Há uma nota que gostava de deixar aqui e que é muito importante. Tenho a certeza absoluta de que, neste mandato e desde o 25 de Abril de 1974, nunca foram feitas tantas obras, de forma tão equitativa e proporcional, nas Freguesias todas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelho de Nelas. Muitas das obras grandes, em Nelas, foram feitas com apoios de contratos-programa do Governo ou através de apoios de quadros comunitários. Ainda ninguém me disse, e já perguntei a várias pessoas, quais foram as obras que foram feitas em Nelas pelos Executivos do Partido Socialista, sem recurso a quadros comunitários, ou a contratos-programa do Governo. Há 36 anos que, num só mandato, se tinha feito tantas obras de forma proporcional pelas Freguesias.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Vereador Osvaldo Seixas. Dava, de seguida, a palavra ao Senhor Membro da Assembleia Rui Neves. Faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Rui Neves:

- Só pedi a palavra porque o Senhor Vereador Osvaldo Seixas fez uma referência ao Executivo da Câmara do Partido Socialista, em que tive algumas responsabilidades no domínio da gestão financeira, das quais me orgulho. A referência que considero desprimorosa e deselegante foi a de que havia uma estratégia do Partido Socialista no sentido de não proceder às amortizações, embora houvesse inventário.

Foi, exactamente, nos últimos dois anos do mandato que se começou a pôr em prática o POCAL e um dos objectivos do POCAL era proceder ao inventário; todo o processo estava em andamento, exactamente, nos dois últimos anos. Durante os anos desse mandato Socialista tivemos, sempre, avultados resultados positivos. Se nós descontarmos, como custos, um valor de amortizações igual ao que este Executivo passou a contabilizar desde 2007, teríamos os resultados desse mandato a aproximarem-se de um milhão de euros, enquanto no vosso mandato, os resultados foram sempre negativos e somaram oito milhões e meio de euros.

Era esta a referência que queria fazer à sua intervenção, pois considero-a deselegante, porque não houve nenhuma estratégia. Colocou-se em prática o POCAL, que tinha sido criado pouco tempo antes, fez-se o inventário e procedeu-se aos trabalhos. Houve mudança de mandato, continuou-se a caminhar no bom sentido, e passou-se a ter um bom procedimento contabilístico.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Rui Neves. Mais algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Municipal Armando Carvalho. Faça o favor.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Agradeço-lhe, desde já, a benevolência que me concedeu no tempo que anteriormente utilizei.

Quando me referi à sobre-orçamentação, nomeadamente no PO Centro, o Senhor Vereador Osvaldo Seixas entendeu, exactamente, o que queria dizer; a sobre-orçamentação aconteceu quando vocês previram receber, num único ano, tudo aquilo que tinham direito a receber. Daí esta sobre-orçamentação conter um exagero da derrama, que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me dizia, para este ano, não para o ano anterior, que até gostariam que ela conseguisse chegar a um milhão de euros, no ano passado, e chegaram a um valor de quinhentos e vinte e dois mil euros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto à contabilidade analítica, não vale a pena dizer mais nada, pois só não a praticam porque não querem. Enquanto nós estivermos a falar de números e de apreciação numérica tem a minha total colaboração e empatia, pois tentarei encontrar as melhores respostas. Queria reforçar, com demonstração de números, aquilo que o Senhor Membro da Assembleia Rui Neves nos disse. Estamos a falar de uma média de três milhões e duzentos mil euros de amortizações por exercício. Sobre as questões do passado e do tempo do PS, peço desculpa, mesmo aos meus colegas do Partido Socialista, mas não sou responsável pelo que aconteceu no passado.

Mas, dir-lhe-ei, do ponto de vista contabilístico, única e exclusivamente, naqueles três pontos que já me referiu que, por exemplo, no primeiro ano em que houve reflexo das amortizações, no ano de 2007, temos três milhões duzentos e cinquenta e cinco mil euros. Vínhamos a apresentar trinta e dois mil, cento e noventa e seis euros, duzentos e oitenta e seis mil euros, no tempo do Partido Socialista. No primeiro ano deste mandato, em 2006, trezentos e onze mil euros e em 2007 passou para três milhões e duzentos mil euros. Mesmo que nós analisemos o período de 2002 a 2005, os três milhões e duzentos mil euros por ano, no ano de 2002 houve um resultado líquido do exercício de três milhões de euros, no ano de 2003, dois milhões e oitenta e três mil euros. Esses valores são absorvidos perfeitamente e mesmo assim não seriam resultado líquidos negativos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Uma vez que não há mais ninguém inscrito, vai, mais uma vez, prestar esclarecimentos sobre as perguntas colocadas, o Senhor Vereador Osvaldo Seixas.

O Senhor Vereador Osvaldo Seixas:

- Queria esclarecer o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho de que, quando lhe disse que sabia exactamente aquilo que íamos receber do Estado, estava-me a referir às transferências correntes. Não estava a falar de impostos, porque nestes faz-se uma previsão, pois naturalmente não se sabe como é que vai ser o tecido económico durante aquele ano. Nas transferências correntes sabemos, exactamente, qual é o valor que temos direito a receber. Poderá haver alguma diferença, eventualmente, se houver alguma transferência de competências a meio do ano. Este ano houve, por exemplo, um acréscimo do número de alunos, logo nos transportes escolares houve uma diferença.

Queria dizer ao Senhor Membro da Assembleia Rui Neves, que não quis insinuar que tenha havido alguma estratégia maligna do Partido Socialista para obter resultados positivos. Tenho, para mim, e digo-o com sinceridade, que todas as pessoas que passaram na Câmara de Nelas, desde sempre e não só dizer do 25 de Abril para cá, fizeram o melhor que sabiam pelo Concelho de Nelas. Agora, é um facto que não havia amortizações e, como tal, os resultados eram mais baixos.

Há, também, uma questão nestes resultados positivos e que o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho aqui anunciou. Nós devíamos expurgar os valores recebidos dos contratos-programa e dos quadros comunitários, que eram transferências correntes, que eram proveitos contabilizados e que nós no último mandato tivemos zero.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sei que a culpa não é dos Senhores, mas também não é nossa; a culpa é que o Governo recusa os contratos-programa connosco e, apenas, assina os da revisão social porque não tem alternativa. É preciso dizer que os quadros comunitários estão parados desde 2005 para cá, mesmo havendo projectos com fatura. Veio agora a aprovação de uma candidatura de um contrato-programa, pois a CCDR deu agora parecer positivo a mais um projecto que foi apresentado como contrato-programa.

Vamos ver o que é que o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais fará. Pedia a intervenção dos Deputados do Partido Socialista, como já pedimos na Câmara aos Senhores Vereadores várias vezes, que sempre que estiverem com o Dr. Junqueiro refiram isto. Como ele tem lá contratos-programa para a Câmara de Nelas, e que são bons para o Município, pedia aos Senhores do Partido Socialista que lhe lançassem um apelo à sua sensibilidade.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Vereador Osvaldo Seixas. Uma vez que não temos mais ninguém inscrito, damos por finalizado este ponto e passamos à votação do mesmo. Antes de terminar, apraz-me transmitir-vos de que tive uma informação sobre a assinatura dos contratos-programa. Segundo informação do Presidente Executivo da Comissão Intermunicipal, quando alguns contratos-programa estavam para ser assinados, a Comissão de Avaliação demitiu-se adiando mais uma vez essa assinatura e permitindo a entrada de novas autarquias, o que originou um atraso na assinatura desses protocolos de mais seis meses.

Passamos, então, à votação deste ponto. Ponto 2.2 – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2009. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi assim, aprovado o relatório de contas do ano de 2009 com 20 votos a favor, 2 abstenções e 6 votos contra.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.2 – Apreciar e votar, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2009, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 20 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho irá fazer uma declaração de voto. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:

- Os Membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista votaram contra as contas deste exercício, apesar de, aparentemente e não considerando a possibilidade de ser um erro este lançamento que o Senhor Vereador Osvaldo Seixas nos referiu dos juros de mora de não nos ser suficientemente esclarecido, parecem-nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estar, tecnicamente correctas e sendo assim, se não foi erro de lançamento aqueles juro, não haver nada a apontar.

Mas, de facto, quanto a nós e pelos momentos em que referi, elas revelaram políticas de gestão erradas, com resultados negativos e aumento das dívidas. Os mesmos documentos revelam que, apesar de 2009 ter sido um ano de eleições, apenas foi executada uma pequena parte dos investimentos prometidos e previstos, conforme consta do mapa de execução das GOP.

Pela conjugação destes três indicadores, resultados negativos, o aumento de endividamento e o fraco volume de obras, concluiu-se que este Executivo não tem seguido uma política correcta e assim comprometem o futuro do Concelho.

Pensamos que estas são as contas da nossa desgraça e que mais que procurar expedientes e balões de oxigénio é muito urgente reformular as políticas que apenas servem para fins eleitoralistas e não acompanham as necessidades do Concelho.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia

- Muito obrigado Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Passando, agora, ao ponto 2.3 - Aprovar a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação. Devo lembrar que esta proposta foi enviada em formato papel a todos os Senhores Membros da Assembleia.

Como podem verificar, nela constam nomes de várias pessoas presentes nesta sala e, como tal, a votação da mesma será feita por escrutínio secreto. Algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra neste ponto?

Uma vez que não, vamos passar à votação do mesmo. Os Senhores Membros da Assembleia que concordarem, escrevem sim, se não concordarem, escrevem não, se optarem pela abstenção deixem o voto em branco.

Aproveito para informar os Senhores Membros da Assembleia que todos os nomes vertidos nos documentos foram apontados pelas diferentes instituições que representam. Temos aqui pessoas das Escolas, do Centro de Saúde, das Associações de Pais, da Associação de Estudantes, da GNR, da Assembleia Municipal e, por inerência, da Câmara Municipal.

É esta a lista que todos os Senhores Membros da Assembleia têm em vosso poder, a qual me escuso a ler, que irá ser apreciada e votada á medida que vos for chamando.

Proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação

Em quinze de Janeiro de dois mil e dez, reuniram-se nos Paços do Concelho os representantes de cada um dos grupos de estruturas que hão-de constituir o Conselho Municipal de Educação, tendo sido designados os representantes a que se referem as alíneas do n.º 2 do artigo 5º do DL. 7/2003 de 15 de Janeiro, conforme consta da Acta referente à Reunião.

Nestes termos, a Câmara Municipal de Nelas propõe à Assembleia Municipal de Nelas que delibere a nomeação dos seguintes membros do Conselho Municipal de Educação:

1. Dra. Isaura Leonor Figueiredo Marques da Silva Pedro, Presidente da Câmara Municipal de Nelas;
2. Eng.º José António Neves Pereira, Presidente da Assembleia Municipal;





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. Dr. Osvaldo Luís dos Santos Coelho Seixas, Vereador responsável pela Educação;
4. Dr.<sup>a</sup> Rosa Maria Ferreira Garcia, representante da Direcção Regional da Educação do Centro;
5. Dr.<sup>a</sup> Maria José Almeida Pereira Duarte, representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar Pública;
6. Dr. António José Rodrigues da Cunha, representante do Pessoal Docente do Ensino Básico Público;
7. Dr. António Manuel Borges Santos, representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário Público;
8. Dr.<sup>a</sup> Filipa Alexandra Cerveira Martins, representante dos Estabelecimentos de Ensino Básico Privados;
9. Dr.<sup>a</sup> Maria das Dores Pires Borges Mendes Marques, representante das Instituições Particulares e de Solidariedade Social que desenvolvem actividade na área da educação;
10. Sra. Maria Margarida da Silva Felgueiras Marques Cabral, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
11. Sr. António Manuel Silva Liberato, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação;
12. Sr. Paulo Ricardo dos Santos Correia, representante das Associações de Estudantes;
13. Dr. Paulo Rodrigues de Sousa, representante dos Serviços Públicos de Saúde;
14. Sra. Fernanda Filomena Marques Oliveira e Sousa Almeida, representante dos Serviços de Segurança Social;
15. Comandante do Posto Serafim José Pereira Rito, representante das Forças de Segurança.

Acrescente-se ainda de acordo com o artigo único da Lei nº 41/2003 de 22 de Agosto que altera o artigo 5º DL. 7/2003 de 15 de Janeiro o nome do Sr. João Carlos Pina Martins como representante eleito pela Assembleia Municipal de Nelas dos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Nelas.

Passando, então, à votação do ponto 2.3 - Aprovar a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação, começava por chamar o Senhor Membro da Assembleia Dr. Armando Carvalho para colocar o voto dentro da urna, o Senhor Membro da Assembleia Dr. Benjamim Pedro, faz favor, o Senhor Membro da Assembleia António Cândido, o Senhor Membro da Assembleia Aires dos Santos, a Senhora Membro da Assembleia Arlete Garcia, o Senhor Membro da Assembleia Eurico Amaral, faz favor, o Senhor Membro da Assembleia Manuel dos Santos, o meu Segundo Secretário, a Senhora Membro da Assembleia Carla Francisco, o Senhor Membro da Assembleia Pedro Moreira, a Senhora Membro da Assembleia Carla Cristina, o Senhor Membro da Assembleia Rui Neves, o Senhor Membro da Assembleia Hernâni, a Senhora Membro da Assembleia Maria José Correia, o Senhor Membro da Assembleia Jorge Abreu, o Senhor Membro da Assembleia Fernando Garcia, a Senhora Membro da Assembleia Alexandra Pinto, o Senhor Membro da Assembleia Manuel Borges, o Senhor Membro da Assembleia António Manuel da Silva Liberato, o Senhor Membro da Assembleia e Presidente de Junta, António Figueiredo, o Senhor Presidente de Junta, Luís Pinheiro, o Senhor Presidente de Junta, Manuel Mendes da Silva, o Senhor Presidente de Junta, Salomão Fonseca, o Senhor Presidente de Junta, José Fernandes da Costa, o Senhor Presidente de Junta, António Luís Santos, o Senhor Presidente de Junta, João Carlos Pina Martins, o Senhor Presidente de Junta, António



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Morais Rodrigues, o Senhor Presidente de Junta Armando César Pinto e por último o Senhor Presidente da Assembleia, Eng. José António Neves Pereira.

Após feita a contagem dos votos, foi aprovada a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação, com 26 votos a favor e 2 votos brancos.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

– O Ponto 2.3 – Aprovar a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passando, de seguida, ao ponto 2.4 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Nelas.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Uma vez que não, passamos à votação do ponto 2.4 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Nelas. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.4 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 2.5 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas e a alteração da Tabela de Taxas, de modo a incluir, na mesma, as taxas previstas neste Regulamento.

Quero alertar os Senhores Membros da Assembleia que este ponto vai ser votado separadamente, atendendo a que os Serviços anexaram no mesmo a alteração da tabela de taxas e elas deviam estar em separado. Fui alertado pelos Serviços da Câmara, daí que irá ser votado em separado. Algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra neste ponto? Vai usar da palavra o Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho. Faça favor.

O Senhor Membro da Assembleia Armando Carvalho:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Trata-se de um regulamento novo que não existia e, por isso, o único comentário que tenho a fazer é que vejo com muitos bons olhos que seja regulamentada. É importante que haja um documento e nesse aspecto vou votar a favor, embora não tenha lido os grandes pormenores, mas se houver algo a alterar também o poderemos fazer a seu tempo aqui nesta Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Atendendo a que não temos mais ninguém inscrito, vamos então pôr à votação o ponto 2.5 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas.

Sobre este ponto, quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.5 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ainda no mesmo ponto 2.5 - Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas – Aprovar a alteração da Tabela de Taxas, de modo a incluir, na mesma, as taxas previstas neste Regulamento.

Quem vota contra? Quem se abstém? Está, assim, aprovado, também, por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.5 - Regulamento do Edifício Multiusos de Nelas – Aprovar a alteração da Tabela de Taxas, de modo a incluir, na mesma, as taxas previstas neste Regulamento, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi, também, aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, ao ponto 2.6 - Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Transito do Município de Nelas.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Uma vez que não, passamos, também, à votação do ponto 2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Transito do Município de Nelas. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.6 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Transito do Município de Nelas, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Seguindo a Ordem dos Trabalhos, passamos para o ponto 2.7 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Uma vez que não, passamos à votação do ponto 2.7 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública.

Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.7 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi, também, aprovada, por unanimidade.

Ponto 2.8 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Cedência e Utilização das Viaturas de Transporte Colectivo do Município de Nelas.

Algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra neste ponto? Uma vez que nenhum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra, passamos à votação do mesmo.

O Ponto 2.8 – Aprovar, nos termos da alínea a), do nº. 2, do art.º 53º., da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

proposta de Regulamento de Cedência e Utilização das Viaturas de Transporte Colectivo do Município de Nelas.

Quem vota contra? Quem se abstém? O ponto foi aprovado com 23 votos a favor e 5 abstenções.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.8 – Aprovar, nos termos da alínea a), do n.º 2, do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a proposta de Regulamento de Cedência e Utilização das Viaturas de Transporte Colectivo do Município de Nelas, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ponto 2.9 – Aprovar a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas relativas à suspensão parcial do Plano Director Municipal.

Sobre este ponto, acresce-me informar os Senhores Membros da Assembleia que me foi entregue hoje o parecer da CCDR e que passo a ler: “Em 20 de Fevereiro foi emitido um parecer favorável à prorrogação da suspensão das medidas preventivas em apreço por mais um ano a contar da data da publicação do acto original que publicou as medidas preventivas, e atendendo o disposto no n.º 1, do artigo 112.º, do mesmo diploma legal”.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra? Uma vez que não, colocamos, também, à votação o ponto 2.9 – Aprovar a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas relativas à suspensão parcial do Plano Director Municipal.

Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

### MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.9 – Aprovar a prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas relativas à suspensão parcial do Plano Director Municipal, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2.10 – Aprovar a proposta de adesão do Município de Nelas à Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

Algum dos Senhores Membros da Assembleia quer usar da palavra neste ponto? Uma vez que não, passamos à votação do mesmo.

O Ponto 2.10 – Aprovar a proposta de adesão do Município de Nelas à Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.10 – Aprovar a proposta de adesão do Município de Nelas à Associação de Municípios Portugueses do Vinho, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Passamos, de seguida, ao ponto 2.11 - Aprovar a alteração da Tabela de Taxas – Ocupação da Via Pública com estacionamento de veículos automóveis.

Sobre este ponto, algum dos Senhores Membros da Assembleia pretende usar da palavra? Uma vez que não, passamos, também, à votação do mesmo.

O Ponto 2.11 – Aprovar a alteração da Tabela de Taxas – Ocupação da Via Pública com estacionamento de veículos automóveis. Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada, por unanimidade.

O Senhor Primeiro Secretário:

MINUTA DA ACTA

- O Ponto 2.11 – Aprovar a alteração da Tabela de Taxas – Ocupação da Via Pública com estacionamento de veículos automóveis, foi posto à votação, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, isto é, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.12 da Ordem de Trabalhos e último ponto - Relatório de avaliação da actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Nelas do ano de 2009. Trata-se de uma informação para dar, apenas, conhecimento aos Senhores Membros da Assembleia. Algum dos Senhores Membros da Assembleia deseja usar da palavra?

Uma vez que não, dou por encerrada esta sessão, agradecendo a todos a vossa presença.

Um bom fim-de-semana. Um Bom Primeiro de Maio.

Muito boa noite a todos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretário: